



Segurança privada no Rio Grande do Norte perde 310 armas



Ano que teve o maior número de armas extraviadas foi 2017, com 117 ocorrências no ano. Vigilantes sofrem com falta de estrutura e estão sujeitos a bandidos

As empresas de segurança privada no Rio Grande do Norte perderam 310 armas nos últimos cinco anos, segundo dados da agência Fiquem Sabendo obtidos através da Lei de Acesso à Informação (LAI) junto à Polícia Federal. Roubadas, perdidas ou extraviadas, essas armas acabam em “mãos erradas” e facilitam o trabalho dos bandidos em ações criminosas, roubos, tentativas de assaltos e até mesmo homicídios. O número de armas perdidas corresponde a 9% de todas as armas registradas na PF pelas empresas do RN.

Ano que teve o maior número de armas extraviadas foi 2017, com 117 ocorrências no ano. Vigilantes sofrem com falta de estrutura e estão sujeitos a bandidos

Ano que teve o maior número de armas

extraviadas foi 2017, com 117 ocorrências no ano. Vigilantes sofrem com falta de estrutura e estão sujeitos a bandidos

De acordo com os dados da Agência Fiquem Sabendo, o ano em que mais armas foram extraviadas foi em 2017, com 117 armas em todo o ano. O número caiu para 103 em 2018 e vem apresentando redução desde então: 46 em 2019, 30 em 2020 e 14 em 2021 (até 24 de agosto).

Para a atual coordenadora do Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do RN, Dalcilene Cabral, os roubos das armas têm acontecido em situações específicas, principalmente em locais em que os vigilantes não possuem estrutura de trabalho, o que facilita a ação dos bandidos. Ela explica ainda que nem todos os estabelecimentos permitem o uso da arma,

como shoppings, hospitais, UPAs, entre outros.

“Temos enfrentado problemas de postos de serviços vulneráveis. Isso a gente cobra da empresa terceirizada, do contratante para que sejam feitas melhorias nos postos de serviço onde nossos trabalhadores atuam. Tem postos que são perigosos, tomados por matagal, já teve época de vigilante ser esfaqueado, ter a arma tomada. O maior impacto é esse, a insegurança nos postos de trabalho”, lamenta. Ela estima que apenas 30% das armas roubadas são recuperadas.

No mês passado, um criminoso foi baleado no peito, no ombro e no rosto ao tentar assaltar um vigilante no Hospital Rafael Fernandes, em Mossoró, Oeste potiguar. Segundo a Polícia Militar, o objetivo dos assaltantes seria tomar a arma do segurança, mas o profissional reagiu e atirou contra os criminosos.

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada no RN (Sindesp-RN), Edmilson Pereira, aponta que a redução no número de armas perdidas nos últimos anos pode estar atribuída a dois fatores: o primeiro deles é que as empresas estão promovendo uma reciclagem e treinamentos anuais aos vigilantes e que os bandidos não estariam mais interessados nas armas dos vigilantes, procurando arsenais mais “pesados”.

“Atribuo a queda ao treinamento e capacitação dos nossos vigilantes através das empresas, treinamentos internos. Observamos ainda que os bandidos não se interessam mais por esse tipo de arma das empresas. Eles usam armamentos mais pesados”, explica. Por lei, esses trabalhadores só podem utilizar armas de calibre .38, bem como coletes a prova de balas. As armas, inclusive, são de propriedade das empresas.

Ainda de acordo com a Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do RN, Dalcilene Cabral, o impacto do roubo dessas armas é sentido diretamente na segurança pública do Estado.

“A maioria dessas armas que são tomadas caem nas mãos de facções criminosas”, completa.

Brasil

Desde 2017, pelo menos 12.555 armas foram “extraviadas” de empresas de segurança privada em todo o país. Só neste ano, até 24 de agosto, a Polícia Federal já registrou 692 casos de roubo, furto e perda de armas de fogo que pertenciam a empresas do setor.

Segundo a PF, o arsenal das empresas de segurança privada soma 246.511 armas de fogo em todo o Brasil. São Paulo é o Estado com o maior número delas, com 59.086 armas.

Homicídios são causados por armas

Nove em cada dez vítimas de homicídios morrem por disparos de armas de fogo no Rio Grande do Norte. A estatística é da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (Coine/Sesed), que apontou que 89,0% dos homicídios no Estado até agosto de 2021 foram por armas.

Ao todo, segundo dados da Coine, até agosto de 2021 pelo menos 831 potiguares morreram vítimas de disparos de armas de fogo, de um total de 934 homicídios registrados em 2021.

Para o pesquisador Francisco Augusto Cruz, mestre em Ciências Sociais e pesquisador nas áreas de Violência, Segurança Pública e Sistema Prisional, as armas perdidas pelas empresas têm relação com o aumento da violência no Estado.

“As organizações criminosas no Rio Grande do Norte não têm, até onde sabemos, uma relação forte com o mercado nacional e internacional de armas. Grande parte do armamento utilizado pelo crime organizado no Rio Grande do Norte tem origem de armas perdidas ou tomadas em assaltos. A solução mais segura e resolutiva será a criação de um sistema de rastreamento de armas e munições. Mas ao que nos parece, esta questão não tem sido muito alvo da preocupação governamental”, explica.

ENTREVISTA - FRANCISCO AUGUSTO CRUZ **cientista social**

“Não existe política pública eficaz”

Nos últimos cinco anos, 310 armas de fogo usadas originalmente por empresas de segurança foram perdidas no Rio Grande do Norte. Estas armas são as que estão sendo usadas para os crimes do nosso dia a dia? Por quê este fenômeno segue acontecendo?

As armas utilizadas por criminosos ou organizações criminosas têm diversas origens. Como não existe uma política pública eficaz que consiga monitorar a circulação das armas e munições em território nacional, podemos afirmar que grande parte delas têm origem do contrabando internacional que chegam através das fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, como também são frutos de roubos, furtos e latrocínios a agentes de segurança. Este cenário se perpetua no nosso país em razão da preocupação em promover o acesso sem que haja o rastreio eficaz pela Polícia Federal e pelas forças armadas.

Com o aumento das armas nas ruas, a tendência é que a criminalidade no geral cresça?

A criminalidade precisa de armamento para executar suas atividades. As maiores organizações/facções criminosas não necessitam exclusivamente do roubo de armas, pois podem contar com o tráfico internacional. O roubo de armas de agentes de segurança é nestes casos, uma questão secundária. O narcotráfico precisa instrumentalizar o seu exército da melhor forma e não pode depender de armas de pequeno porte. Por outro lado, as organizações criminosas menores, sobretudo

no interior do Brasil, dependem exclusivamente de armamentos frutos de assaltos, furtos e latrocínios. A facilitação de acesso a armas como política de segurança pública possibilitará que um número maior de armas caia na mão de criminosos e que a criminalidade em geral cresça.

As recentes políticas de facilitação/acesso às armas de fogo no Brasil podem ter relação com esses dados?

Com o crescente acesso a armas de fogo, promovido pela gestão do Governo Federal e dos congressistas empenhados nesta área, temos observado um descompasso com uma política de controle de armas e munição. O resultado deste vazio é cada vez mais a chegada de armas legalizadas nas mãos de criminosos em razão de furtos e assaltos a residências e comércios que optaram pela compra de arma ou profissional armado para “garantir” a segurança.

É possível fazermos uma correlação entre o número de armas perdidas pelas empresas de segurança e do poder público e a violência no Rio Grande do Norte?

Sim. As organizações criminosas no Rio Grande do Norte não têm, até onde sabemos, uma relação forte com o mercado nacional e internacional de armas. Grande parte do armamento utilizado pelo crime organizado no Rio Grande do Norte tem origem de armas perdidas ou tomadas em assaltos. A solução mais segura e resolutiva será a criação de um sistema de rastreamento de armas e munições. Mas ao que nos parece, esta questão não tem sido muito alvo da preocupação governamental.

Fonte: [tribunadonorte](#)

PAGAMENTO DE PROCESSO MULTISERV/COELBA

MAIS CRÉDITO PARA VIGILANTE NUM PROCESSO DE 2012



Já está disponível para a próxima segunda-feira, 18, o cheque para um vigilante ex-Multiserv conquistado num processo do Sindicato de 2012 contra a Multiserv e a contratante Coelba. Neste processo há um único colega, que até já recebeu o crédito principal (incontroverso), agora recebe o crédito final. Parabéns!

É luta.

É conquista para quem tem fé na luta!

PROCESSO 973.2012.6ª

SINDVIGILANTES/BA X MULTISERV/COELBA-
PEDRO PAULO OLIVEIRA ALVES

SINDVIGILANTES/BA

DISTRITO FEDERAL

Deputado apresenta projeto para implantar passaporte da vacina no DF

Por enquanto, proposta é descartada por Ibaneis Rocha, mas está em vigor em outras unidades da federação, como Rio de Janeiro e Paraíba



O governo descarta a implantação do passaporte da vacina contra a Covid-19 no Distrito Federal. Mas a ideia segue viva na Câmara Legislativa (CLDF).

Foto: Rafaela Felicciano/Metrópoles

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) protocolou projeto de lei propondo a implantação o passaporte. O documento seria obrigatório para entrada e permanência em estabelecimentos e locais de uso coletivo.

Segundo o parlamentar, a medida é necessária para incentivar a vacinação e evitar a alta na taxa de transmissão da Covid-19. A média de novas infecções do DF é o dobro do índice no Brasil.

“A vacina é a única medida, cientificamente comprovada, que pode intervir na propagação do vírus”, afirmou Vigilante. O passaporte poderá ser digital ou impresso em um cartão.

O passaporte seria necessário para entrada em:

I – academias de ginástica, piscinas, centros de treinamento e de condicionamento físico e clubes sociais

II – estádios e ginásios esportivos

III – cinemas, teatros, salas de concerto, salões de jogos, circos, recreação infantil e outros previstos em decreto da Secretaria de Saúde

IV – atividades de entretenimento

V – locais de visitação turísticas e recreativa

VI – Assembleias, congressos, conferências, convenções e feiras comerciais

A ideia é exigir o clico de vacinação completo, seja com duas doses, aplicação única e também reforço, conforme o cronograma de imunização da Secretaria de Saúde.

Segundo o parlamentar, o presidente do Superior Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, decidiu pela constitucionalidade do

passaporte. A Procuradoria-Geral da República compartilha dessa posição.

O passaporte é exigido na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e na Paraíba, por exemplo. O projeto precisa passar pelas comissões e pelo plenário da CLDF. Depois ainda depende da sanção do governador. Em caso de veto, a CLDF pode eventualmente derrubar a decisão do chefe do Executivo local.

“Eu não quero”

O governador Ibaneis Rocha (MDB) não pensa em implantar o passaporte no DF. Em de 28 de setembro, o emedebista descartou a ideia.

“Eu não quero o passaporte da vacina aqui no DF. As restrições (impostas pela pandemia da Covid-19) são aquelas dos decretos que dizem respeito à comprovação de imunização em shows e eventos. Passaporte para entrar em restaurantes e outros ambientes, isso aí, eu não pretendo implantar”, pontuou o governador.

Fonte: metropoles

Veja ementa do PL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Defesa do Consumidor



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Autoria: Deputado Chico Vigilante)

Dispõe sobre a prévia comprovação de vacina contra a COVID-19, como condicionante ao acesso e permanência no interior de estabelecimentos e locais de uso coletivo, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam condicionados, a partir de 1º de novembro de 2021, à prévia comprovação de vacinação contra a COVID-19, como medida de interesse sanitário de caráter excepcional, o acesso e a permanência no interior de estabelecimentos e locais de uso coletivo.

§1º A vacinação a ser comprovada corresponderá a 1ª dose, a 2ª dose, dose única e dose de reforço em razão do cronograma instituído pela Secretaria de Saúde.

§2º As condições previstas no caput se aplicam aos seguintes estabelecimentos e locais de uso coletivo:

Inflação dos mais pobres acumula 10,98% em 12 meses até setembro

Dados são do Ipea e têm como base o IPCA, do IBGE, que registrou em setembro inflação de 10,25%. Índice de preços dos mais pobres foi 2,07% maior do que o dos mais ricos, diz estudo



ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

Para as famílias com renda muito baixa, menor do que R\$ 1.808,79 por mês, a inflação acumulada em 12 meses, até setembro, foi de 10,98% contra os 10,25% registrados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, divulgados no dia 8.

Os dados, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, são de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e foram divulgados nesta sexta-feira (15).

Segundo o Ipea, a inflação das famílias com renda muito baixa foi 2,07% maior do que a dos mais ricos, que ganham por mês R\$ 17.764,49.

Nas outras faixas de renda dos menos favorecidos, o percentual também é bastante superior ao dos ricos.

Confira:

Inflação por faixa de renda
(Em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	jul-21	ago-21	set-21	Ano	12 meses
Renda muito baixa	1,12	0,91	1,30	7,12	10,98
Renda baixa	1,07	0,91	1,20	7,16	10,72
Renda média-baixa	1,01	0,90	1,21	7,23	10,64
Renda média	0,89	0,87	1,13	7,03	10,09
Renda média-alta	0,78	0,85	1,04	6,63	9,32
Renda alta	0,88	0,78	1,09	6,23	8,91

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea.

De acordo com o Ipea, os itens que mais subiram para as famílias de renda muito baixa:

- . carne, com alta de 24,9%,
- . aves e ovos (+26,3%),
- . leite e derivados (+9%).
- . reajustes de 28,8% da energia, e
- . do botijão de gás, de 34,7%.

Já para as famílias de renda mais alta, o que pesou foi:

- . 42% de alta nos combustíveis,
- . 56,8% de reajuste nas passagens aéreas,
- . 14,1% de alta nos transportes por aplicativo, e
- . 12,1% dos aparelhos eletrônicos.

De acordo com o Indicador de Inflação por Faixa de Renda do Ipea, foi registrada a aceleração da taxa de inflação para todas as faixas de renda no mês de setembro, mas a inflação foi mais acentuada para as famílias de renda muito baixa (1,30%), comparativamente à apurada no grupo de renda mais elevada (1,09%).

Faixas de renda:

- . rendimento muito baixo: R\$ 1.808,79 por mês
- . rendimento baixo, entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88,
- . renda média, entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47,
- . mais ricos, renda mensal de R\$ 17.764,49.

Fonte: CUT

Bancos aproveitam pandemia para aumentar lucro com redução de agências

Mais de duas mil agências foram fechadas em dois anos, o que aumenta a exclusão social em todo país

Foto: DIVULGAÇÃO



Vanessa Ramos - CUT São Paulo

Enquanto o número de pobres no Brasil saltou de 9,5 milhões, em agosto de 2020, para 27 milhões, em fevereiro de 2021, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o lucro dos bancos não para de crescer.

O balanço financeiro apresentado pelo Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Santander mostra que os quatro maiores bancos do país, juntos, ganharam R\$ 22,1 bilhões no segundo trimestre deste ano, uma alta de 63,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Mesmo assim, as instituições seguem deixando um rastro de irresponsabilidade e aproveitam a pandemia para fechar agências. Desde março do ano passado, 2.080 agências em todos o país deixaram de existir e fizeram com que 89 municípios ficassem sem ao menos um posto de atendimento presencial, conforme dados do Banco Central (BC).

O número de cidades que não possuem agência, posto de atendimento presencial ou caixa eletrônico saltou de 377 para 384 no mesmo período.

Os números são ainda piores se computados os últimos cinco anos. De acordo com o BC, 4.752 agências tiveram as atividades

encerradas, dado que impacta diretamente àqueles mais fragilizados durante a pandemia e que necessitam de postos para atendimento presencial.

Mesmo o serviço bancário tendo sido considerado durante a pandemia (ainda em curso) como atividade essencial, a categoria foi atingida em cheio por um setor que tem no corte de atendimentos uma forma de ampliar o lucro, aponta o vice-presidente da CUT-SP, Luiz Cláudio Marcolino.

“Durante a pandemia, os bancários colocaram a própria vida e a de seus familiares em risco e agora muitos são ‘presenteados’ com a perda de emprego. Mesmo com os bancos aumentando o lucro a cada ano e mesmo com a redução do custo operacional por conta do home office. A responsabilidade social, tão presente nas publicidades das instituições, deveria ser aplicada na prática para que os trabalhadores que não possuem acesso aos serviços remotos pudessem ser atendidos”, critica.

A política dos bancos impacta principalmente pessoas de baixa renda e moradores de áreas sem cobertura satisfatória de internet. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) apontava, em 2019, que 39,8 milhões de pessoas não tinham conexão com internet no Brasil.

Além disso, a transformação de locais como lotéricas em correspondentes bancários amplia a insegurança entre trabalhadores desses postos e fazem com quem os serviços oferecidos à população sejam mais limitados, já que não realizam todas as operações executadas pelas agências.

“O que se espera de quem ganha muito é que ao menos parte desse lucro seja destinado a atender dignamente a população”, pontua Marcolino.

Fonte: CUT

Demissões expõem falta de compromisso do Mercantil do Brasil com clientes e trabalhadores

Desligamentos fazem parte do processo de reestruturação, que precariza ainda mais o atendimento aos clientes e usuários do banco ao transformar agências em postos de atendimento



Dezenas de trabalhadores de todo o país foram surpreendidos pela falta de humanidade e ganância do Banco Mercantil do Brasil, que patrocinou, mais uma vez, dezenas de demissões de pais e mães de família, mesmo diante de um cenário de pandemia e agências superlotadas de clientes e com falta de funcionários no atendimento.

As informações obtidas com os funcionários desligados são de que muitas das demissões são fruto do processo de reestruturação, com a transformação das agências do Mercantil em postos de atendimento avançados (PAAs), o que irá precarizar ainda mais o atendimento aos clientes e usuários do banco.

Sindicatos e clientes de todo país repudiam a postura do Mercantil do Brasil e exigem o fim das demissões na empresa, que nos primeiros seis meses do ano lucrou mais de R\$ 100 milhões, causando sofrimento a clientes e a exploração dos trabalhadores.

“Vamos realizar manifestações contra as demissões, denunciando a falta de compromisso do Mercantil do Brasil com os clientes e trabalhadores. Não podemos admitir que uma empresa que obteve um dos maiores lucros de sua história trate as pessoas com desumanidade, principalmente em tempos de pandemia” advertiu o coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco, Marco Aurélio Alves

Fonte: Contrafcut

Após xingamentos e agressões a servidores, GDF avalia criar batalhão hospitalar

SindSaúde também solicita que o governo distrital reforce a quantidade de vigilantes nas unidades públicas da Secretaria de Saúde banco ao transformar agências em postos de atendimento



Foto: Jacqueline Lisboa/Metrópoles

O Governo do Distrito Federal (GDF) foi oficiado pelo Sindicato dos Funcionários em Estabelecimento de Saúde (SindSaúde) a criar o batalhão hospitalar nas unidades públicas da Secretaria de Saúde.

Em documento encaminhado ao governador Ibaneis Rocha (MDB), a entidade solicita medidas enérgicas a curto e médio prazos para findar a onda de violência vivida por profissionais da saúde dentro das estruturas públicas locais.

A ideia é disponibilizar policiais militares treinados para assegurar a proteção não apenas dos servidores públicos, mas dos próprios pacientes e frequentadores das unidades de saúde. A proposta se assemelha ao Batalhão Escolar, criado em 1989 pela Polícia Militar (PMDF).

“Na saúde, especialmente nos locais de emergência e urgência, os servidores trabalham em um clima de constante pressão. A ideia apresentada ao GDF é de um batalhão treinado constantemente para assegurar o exercício da função pública do trabalhador

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

da saúde, garantindo proteção dos pacientes e acompanhantes, bem como assegurar assertividade no fluxo de atendimento dos locais”, argumenta a presidente da entidade, Marli Rodrigues.

Para a sindicalista, a curto prazo, a reivindicação também poderá ser atendida com o aumento de postos de vigilância em hospitais, unidades básicas (UBS), postos e centros de saúde.

Onda de violência

No fim de setembro, um homem de 70 anos bateu no rosto de uma técnica de enfermagem na UBS nº1 de Vicente Pires. Apesar do ocorrido, o agressor está solto.

Em outro caso, no início do mês, um paciente ameaçou servidores e vigilante da UBS de Santa Maria após ser informado de que seu caso não poderia ser tratado naquela unidade.

Ainda no início de outubro, outra servidora foi agredida fisicamente e verbalmente no Centro de Atendimento Psicossocial (Caps). Um boletim de ocorrência foi registrado na Polícia Civil (PCDF) e a vítima chegou a passar por exames no Instituto Médico Legal (IML).

“Não é justo que trabalhadores que dedicam suas vidas para a população sejam agredidos. Muitas vezes o servidor que está na ponta do atendimento sofre as consequências de problemas estruturais que não estão em sua responsabilidade, fatores sociais e particulares, ou ainda, são pressionados em decorrência da falta de informação dos pacientes sobre o fluxo de atendimento na rede pública. É preciso proteger os servidores”, sustentou Marli

Fonte: metropoles

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF